



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento de nº 40, de 2011, da CRA, aprovado em 11/08/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 252, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis - Promicro, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Alexandre Camacho, Superintendente Adjunto de Refino e Processamento de Gás Natural, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, ANP, que convido para sentar à mesa; Dr. Fábio Marcondes, Diretor de Abastecimento e Regulamentação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, Sindicom, que convido para compor a mesa; Dr. Gerson Carneiro Leão, Presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; Dr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biocombustível – Ubrabio, nosso sempre Ministro.

Lembro à Comissão e aos senhores participantes que a relatora da matéria que está sendo instruída é a Senadora Ana Amélia. Dessa forma, com a palavra a nossa Senadora Ana Amélia.

Não sem antes, Senadora, pedir desculpas pelo meu atraso, mas eu estava numa reunião importante do nosso Partido que começou às oito horas da manhã. Fico constrangido porque nunca atrasamos as nossas reuniões, e hoje, pela primeira vez, eu tive que começar, com atraso, uma das nossas reuniões. Espero que não aconteça, pelo menos da minha parte, mais esse atraso.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – É compreensível.

Bom dia, Presidente, senhores convidados para esta audiência pública por mim requerida para subsidiar com informações a relatoria que eu tive a honra de receber do projeto de autoria do nosso Presidente Acir Gurgacz, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis, o Promicro, e dá outras providências.

Melhor esclarecimento seria ouvir as pessoas diretamente relacionados ou envolvidas com o trato dessa questão que é fundamental para o nosso País. E também para aproveitar a oportunidade, porque a iniciativa do Senador Acir Gurgacz traz um ingrediente novo nesse debate da questão do biocombustível ou das microdestilarias de álcool, que é exatamente uma proteção e uma espécie de marco regulatório para abrigar e dar segurança jurídica aos pequenos agricultores familiares.



Isso é uma briga, esse interesse social junto com o interesse econômico, para o segmento da produção de álcool e biocombustível. Então esse é o motivo.

Aproveito para agradecer ao Senador Acir Gurgacz pelo agendamento desta audiência e antecipo os meus agradecimentos pela presença dos senhores palestrantes, em especial do nosso ex-Ministro Odacir Klein, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, que certamente vai dar, como os demais convidados, Dr. Fábio, Dr. Alexandre e Dr. Gerson, uma valiosa contribuição a esse debate, a esse esclarecimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito bem. Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

Dando continuidade ao nosso debate, passo a palavra ao Dr. Alexandre Camacho, que é o Superintendente Adjunto de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua explanação.

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite.

Vou comentar brevemente a regulação dos dois principais biocombustíveis que são os focos aqui: o biodiesel e o etanol.

A Agência, em relação aos biocombustíveis, começou regulando apenas o biodiesel; o etanol, apenas na comercialização. O biodiesel, desde o início, teve uma regulação toda da ANP. A Superintendência onde trabalho, embora o seu nome seja “refino e processamento de gás natural”, é responsável pela produção de todos os combustíveis, incluindo aí os biocombustíveis. Então nós somos responsáveis pela autorização das plantas de biodiesel. Já éramos os responsáveis pelas plantas de biodiesel.

Na nossa regulação atual, já existe previsão para a pequena produção de biodiesel, na verdade, de 30m³/mês, que equivaleria a 1m³/dia, ou, se considerarmos que algumas dessas operam normalmente 20 dias por mês, que seria o horário comercial, seria uma produção de 1,5m³, verificamos a necessidade de considerar os pequenos especificamente para fins de pesquisa, produção para fins de pesquisa, e para consumo próprio, como no caso de cooperativas.

Essa regulação é de 2008 e, ao longo do tempo, analisando e regulando o mercado, nós já verificamos a necessidade de modificar esse valor para algo em torno de 5m³/dia. Não foi feita uma nova regulação por causa, em parte, da Lei nº 12.490, que trouxe o etanol para a Agência.

Como a nossa equipe é muito pequena, nós tivemos que priorizar a execução de uma nova regulação para o etanol, que está inclusive em consulta pública, com audiência pública marcada para o dia 7 de novembro.



Nessa regulação para etanol, também pensamos no pequeno produtor, nesse caso com um volume um pouco maior, de 200m³/dia. Esse pequeno produtor, na verdade, não um pequeno produtor, mas um produtor de pequeno porte, teria um tratamento diferenciado. Na Agência, a gente só pode dispensar o tratamento técnico. Então alguns critérios são mais flexíveis, considerando a questão de segurança e de impacto sobre o mercado.

Além disso, também não se pode desconsiderar o fato de que a Agência recebeu essas 430 plantas para regular, e a nossa equipe ainda não aumentou. Então nós temos que providenciar uma regulação o mais factível possível com o mercado e com as nossas disponibilidades de recursos humanos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Essas 400 plantas a que o senhor se refere são de pequenas...

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Não, não, são as 400 no geral.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Todas?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – As 400 plantas produtoras de etanol que entraram na regulação da ANP. Dessas, acredito que de 200 a 250 seriam plantas de maior porte e cerca de 200 seriam plantas de menor porte.

De certa forma, a Agência, na regulação dos produtores de biocombustíveis, já observa a necessidade de ter um tratamento realmente diferenciado para pequenos produtores. Então a nossa busca continua sendo essa mesma e está de acordo, está perfeitamente representada nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Alexandre.

Dando sequência, passo a palavra ao Dr. Gerson Carneiro Leão, que representa a Comissão Nacional de Cana de Açúcar, da Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – Bom dia a todos, bom dia, Senadora.

Eu presido, em Pernambuco, um sindicato que agrega mais de 14 mil associados dos quais 94% são pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar.

Nós fizemos um projeto de pequenas destilarias não de cinco mil litros, mas de 80 mil litros por cooperativas. Esse projeto está no BNDES há mais de quatro anos, e até hoje não tivemos retorno.

Não sou contra o projeto de cinco mil litros/dia, mas acho que ele deveria ser feito em cooperativismo por causa da logística. Se você fabricar cinco mil litros/dia, não tem como nenhum caminhão retirar esses cinco mil litros, porque o menor caminhão-tanque pega 15 mil litros.

Então eu acho que isso deveria ser feito com esse projeto em cooperativa como existe em Alagoas. É a Cooperativa Pindorama, que começou a fabricar 80 mil litros de etanol, hoje fabrica 300 mil litros/dia e tem 1.110 proprietários, que são os assentados da reforma agrária. São 1.100 assentados os



donos da cooperativa, que hoje já fabrica nove mil sacos de açúcar/dia e tem um faturamento de R\$190 milhões/ano. Essa cooperativa existe há mais de 20 anos e começou fabricando 80 mil litros/dia; hoje está em 300 mil. Os assentados, todos, vivem em situação muito boa, e eu convidaria a Comissão do Senado para conhecer.

Inclusive eu tenho aqui o projeto que foi entregue ao BNDES, e está parado desde 2004. Esse projeto foi nosso, da Universidade Federal de Pernambuco e da CNA. É uma destilaria de 80 mil litros para pequenos produtores que trabalham em no máximo 20 hectares de terra.

Pode passar.

É um projeto que tem produção florestal, a destilaria do etanol, a produção de levedura para ração animal e usina de biomassa para bioenergia.

Essa é a Pindorama, já passou para a destilaria Pindorama de Alagoas. É uma área de 30 mil hectares dividida em 140 lotes de 20 hectares, população de 30 mil pessoas com 1.100 associados.

Pode passar.

Trezentos mil litros/dia, nove mil sacos de açúcar, 6 mil e 300 toneladas de cana/dia, R\$190 milhões de faturamento/safra. Está incluída entre os maiores ICMS do Estado.

Pode passar.

O marco regulatório do etanol. Aqui vêm os estudos realizados em 70 e 80, pelo IAA, implantação do programa com o Conselho Nacional, CNA, decreto tal, IAA. Regulamentação com inscrição para escoamento da safra/unidade de até cinco mil litros, Decreto nº 85.698/1981.

Enviado à CNA, Casa Civil, Presidência da República, projeto de destilaria para cultivadores de cana, Sindicap. É o nosso sindicato. Isso foi em 2004. É essa destilaria que está no BNDES, para 80 mil litros/dia.

O grupo de trabalho foi criado no setor sucroalcooleiro, Região Nordeste, Casa Civil, nº 917, em 22/11/2004. Recomendação sobre o projeto, seminário, verificação da cana de açúcar, renda competitiva, produtor, CNA.

Pode passar.

Lei, Estado de São Paulo. Isenção fiscal. Incentivo estadual até unidade de dez mil/litros dia. Lei estadual de Minas Gerais. Programa de isenção fiscal. Incentivos para unidades de até 5 mil litros/dia. Câmara dos Deputados. PL nº 898/1998. Para área considerada inviável economicamente para os produtores de cana, seja por questão de escala, seja por falta de unidade industrial nas proximidades, que pode se tornar suficientemente rentável e os cultivadores de cana industrializarem sua matéria-prima por conta própria ou associação de classe, diz o mapa.

É o seguinte: hoje, no setor sucroalcooleiro, a reforma agrária está sendo feita ao inverso. As grandes usinas, os grandes grupos estão comprando e tirando das terras os pequenos e médios fornecedores de cana. Antigamente,



quando existia o IAA... Essa lei ainda existe, não está sendo cumprida, mas existe. A Lei nº 4.870 obrigava as usinas a produzir 40% de sua cana própria e 60% eram de fornecedores. Hoje, mais de 60% da cana hoje são de usinas. Não chega a 30% a cana de fornecedores. Então, a reforma agrária está sendo feita ao contrário.

Por isso eu digo que acreditamos em uma destilaria maior de cooperativas de assentados, como é o caso da Pindorama, que vem, a cada ano, progredindo. Tem aí o site da cooperativa, o telefone do gerente, que é o Clésio. Todos os membros desta Comissão estão convidados para conhecê-la. Acho que é importantíssimo. Nós vamos ver 1.100 proprietários. Não é um usineiro só, vamos ver 1.100 proprietários plantadores de cana como eu sou.

Hoje, no Nordeste, na minha região, muitas usinas estão saindo para o centro-sul para áreas planas, áreas mais baixas. Estamos ficando sem ter onde botar a cana. Acho que a solução é formarmos cooperativas, como estamos formando em Pernambuco, e implantar destilarias para plantar a matéria-prima, a cana, e industrializarmos, nós mesmos. Pode ter até um convênio. Estamos fazendo um convênio com a Petrobras, inclusive com a BR. Estivemos com o Presidente da Petrobras. Agora, a coisa empacou no BNDES. Então é burocracia do Governo que precisa ser resolvida para que tenhamos sucesso.

Não sou contra a destilaria de cinco mil litros, mas acredito que a destilaria de cooperativa será melhor, até pela logística, para a venda do etanol. Sabemos que hoje o açúcar está muito mais rentável do que o etanol, então as usinas deixam de fabricar o álcool, o etanol, e vão fabricar açúcar. A cooperativa de produtores tem condições de fabricar o álcool, que é rentável para ela.

Então, aconselho esta Comissão a conhecer a Pindorama, para que nós tenhamos condição de criar um projeto mais bem estruturado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Gerson, por suas considerações.

Passo a palavra agora ao Sr. Fábio Marcondes, que é Diretor de Abastecimento e Regulamentação do Sindicato Sindicom.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Bom dia a todos. Em nome do Presidente da Comissão e da Senadora Ana Amélia, dou bom dia a todos.

Vou tentar seguir os dez minutos.

Meu nome é Fábio Marcondes. Estou representando o Sindicom, como Diretor de Abastecimento e Regulamentação.

Próximo slide, por favor.

A agenda é a apresentação do Sindicom como entidade, do mercado de combustíveis, para vocês terem uma idéia do tamanho dele, da estrutura do setor validada pela ANP, que dá toda a autorização e homologação aos agentes, as considerações ao Promicro e as considerações finais.



A nossa entidade congrega as empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes que atuam nacionalmente. Foi fundada em 1941. Nossa sede é no Rio. Estamos fazendo 70 anos este ano. Somos sócio-fundados do Ético - Instituto Brasileiro de Ética Convencional, que é um fórum criado pelas distribuidoras de combustível e de lubrificantes para a discussão de assuntos comuns à sociedade nos quesitos regulatórios, legais, fiscais, operacionais, de segurança e ambientais.

Nós temos três tipos de associados: aqueles que fazem a distribuição de combustíveis e de lubrificantes, aqueles que só fazem combustíveis e aqueles que só fazem lubrificantes.

Somos 12 empresas – desculpem-me porque ali estão 11. São 18 mil e 500 postos com as bandeiras das nossas associadas espalhadas pelo Brasil inteiro. Temos 120 locais de armazenagem para distribuição de combustível e as associadas atuam, como já dito, em toda a unidade federativa.

O segundo ponto da agenda: mercado de combustíveis.

Nosso mercado, em 2010, foi de 107 bilhões de litros. Comparado com o de 2009, houve um crescimento de 8,7%. A nossa matriz energética é dividida em forma de pizza, como vocês estão vendo aí. E os biocombustíveis já correspondem, se a gente pegar o etanol anidro, que é adicionado à gasolina, o etanol hidratado, que é comercializado diretamente, e o biodiesel, a 22,9% desse matriz.

Próximo.

Nosso *market share* de diesel, gasolina e etanol. Chamo a atenção para o *market share* de etanol, 59%.

Próximo.

Tivemos um faturamento, em 2010, de R\$210 bilhões. Em tributos pagos, R\$64 bilhões, sendo 25 federais e 39 estaduais.

Terceiro ponto da agenda: estrutura do setor.

Como já disse – e Alexandre Camacho está aqui ao meu lado, representando a ANP –, a estrutura contempla a produção. E estamos falando da Petrobras e de todas as usinas e produtores de etanol e biodiesel, da distribuição, que é feita das associadas Sindicom e outras distribuidoras independentes, da revenda de postos e serviços, ou TRRs, que são empresas que vendem para fazendas, etc. e os consumidores finais. Todos esses agentes, hoje, recebem autorização ou homologação da ANP, tanto o produtor quanto os distribuidores e a revenda. Obviamente, os consumidores somos nós, com nossos carros de passeio, grandes indústrias, garagens de ônibus, transportadoras e empresas aéreas.

Próximo.

Vivemos em um País continental, então é extremamente complexa a nossa distribuição. Os investimentos são muito altos, tanto da Petrobras quanto das distribuidoras, assim como dos produtores.



Em nível de infraestrutura, se a gente comparar o mapa do Brasil com o dos Estados Unidos e de países mais desenvolvidos, a gente vê que a gente tem uma carência de dutos. Basicamente a gente tem o Osbra, que traz o produto de São Paulo ao Centro-oeste, temos mais um ou outro duto aqui no Sul e um pequeno duto na Bahia. Então, a gente faz um esforço descomunal para trazer biocombustíveis espalhados, principalmente, na Região Centro-Oeste e na Região Sul para os diversos pólos de distribuição no Brasil.

Próximo, por favor.

Considerações ao Promicro.

A ideia do Sindicom – e já tivemos oportunidade de ter audiências com vocês – é trazer ao poder público notas técnicas e informações de mercado que o norteiem no sentido de fazer legislações que realmente possam ser aplicadas e que não criem problema de isonomia no mercado.

Especificamente sobre o PLS nº 252, que cria o Promicro, que estabelece critérios para a venda com capacidade de produção até cinco mil litros, podendo vender a cooperativas e associações, vale lembrar que esse PL diz respeito não só a etanol, mas a biocombustíveis. No outro ponto seria o biodiesel.

A gasolina e o diesel consumidos no País, por previsão legal, necessitam, na sua composição, de 20% de etanol anidro na gasolina e de 5% de biodiesel. As distribuidoras adquirem esses biocombustíveis dos produtores e realizam as misturas em suas instalações, em seguida, vendem ao mercado, postos e consumidores.

Dessa forma, a gente entende que, quando se fala de etanol anidro e de biodiesel pelas microdestilarias, os produtores rurais não atenderiam às especificações da ANP, porque esses produtos não podem ser 100% consumidos pelo automóvel. Existem alguns testes em andamento – o Odacir, de repente, vai colocar aqui – de alguma frota rodando com 20% de biodiesel junto com diesel. Mas a gente não tem, hoje, veículo andando com 100% etanol anidro ou 100% de biodiesel.

Próximo.

As microdestilarias estariam aptas a assumir a responsabilidade perante o consumidor/usuário sobre qualidade? Em qualidade, não está só intrínseco fazer um produto bom. Você tem o transporte desse produto que, mal armazenado ou mal transportado, pode ter alterada a sua qualidade ao longo desse elo de distribuição.

Chamo a atenção – e a gente já teve oportunidade, Senadora Ana Amélia, de conversar com a senhora a respeito – da questão tributária. A cada litro vendido de etanol anidro, você tem R\$0,12 centavos de PIS/Cofins, R\$0,33 centavos do ICMS brasileiro médio, porque o ICMS varia de Estado para Estado, dando um total de R\$0,45 centavos por litro. A gente fez uma conta simples: pegando uma microdestilaria de cinco mil litros que vende cinco mil litros todo dia,



durante 30 dias, haveria uma possibilidade de se perderem R\$810 mil ao longo do ano.

Isso mostra que, se não for tratada a questão tributária, a gente pode ter perdas bastante grandes com essa venda direta a associações e cooperativas.

No caso de não recolhimento desses tributos integralmente, pode haver significativo desequilíbrio competitivo com o restante do mercado, induzindo distorções comerciais. Nós somos um País extremamente criativo e temos empresários que buscam brechas para não recolher imposto. E não recolher imposto não significa sonegação; eles simplesmente se tornam inadimplentes, o que pode gerar uma falta de competitividade na ponta com pessoas que recolhem seus impostos, etc. e tal.

O mercado de etanol tem apresentado expressiva presença de agentes que operam irregularmente. A gente tem mostrado para vários Parlamentares a famosa “barriga de aluguel”: são distribuidoras que conseguem a sua autorização perante a ANP, mas o que fazem? Compram o produto do produtor, vendem, não recolhem impostos e, depois de determinado ano, são fechadas e ficam inadimplentes perante o Fisco.

Próximo, por favor.

Considerações finais.

O Sindicom apoia qualquer tipo de iniciativa visando ao desenvolvimento responsável do País, principalmente o social, porque temos um grande déficit com a população mais carente. Mas entendemos que todas as iniciativas não devem perder de vista a isonomia de todos os elos da cadeia, para não criar distorções que possam levar à fuga de investimentos, tendo em vista os problemas de mercado que podem acontecer.

É de fundamental importância – e estou vendo que vocês estão fazendo isso com a solicitação desta audiência por parte da Senadora Ana Amélia – ouvir a Casa Civil, o MME, principalmente a ANP e discutir de projetos de lei que estão relacionados ao abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis.

Vale registrar – e acho que todo mundo aqui sabe – que existe uma proposta de elaboração do marco regulatório de biocombustíveis no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Entendemos que projetos com esse objetivo devam ser discutidos dentro deste fórum.

Muito obrigado. Consegui obedecer aos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Fábio, pela sua explanação.

Passo a palavra ao nosso colega Dr. Odacir Klein.

(Interrupção do som.)

O SR. ODACIR KLEIN – Na realidade, vou usar os dez minutos para a exposição, mas peço que seja acrescido ainda o período que vou usar aqui para uma saudação específica aos Senadores presentes, porque eu devo fazê-lo.



Primeiro, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, que tem feito um excelente trabalho. Tenho-o encontrado em diversas oportunidades e soube, numa dessas audiências públicas – aquela requerida pela Senadora Ana Amélia lá na Expointer, quando foi discutido o Código Florestal –, que a mãe do Senador nasceu em Charrua, que é hoje Município, mas era Distrito de Getúlio Vargas. E Erebango, onde eu nasci, que agora também é Município, também era Distrito de Getúlio Vargas, e eu fui Prefeito de Getúlio Vargas. Então, na verdade, a mãe do Senador é minha conterrânea do então Município de Getúlio Vargas.

Eu quero saudar aqui também a Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia, jornalista, é uma pessoa com profundo senso de dever público, mas acho que, mais do que Senadora, mais do que jornalista, ela é na verdade uma construtora. Eu acompanho a atividade da Senadora Ana Amélia há muito tempo e a sua atividade toda sempre visou a construir. Fez jornalismo construindo. Criticava instituições, criticava programas, criticava políticas, construindo ou visando a construir. E o relatório deste projeto de lei com a Senadora é a garantia de que nós teremos um relatório de qualidade, isento.

Quero saudar também o Senador Clésio Andrade, que era Presidente da CNT quando eu era Ministro dos Transportes. Tivemos muitas oportunidades de juntos estar em eventos públicos.

E quero saudar – ele esteve aqui, mas disse que já voltará – também o Senador Waldemir Moka, que hoje é Coordenador da Frente Parlamentar do Cooperativismo, com quem tenho muito contato por meio da consultoria – consultoria de verdade! – que eu tenho da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Com relação ao projeto de lei, na verdade, o Senador Acir visou a criar um programa para microdestilarias e até salientou “álcool e biocombustíveis”, para dar a conotação de que o projeto visa preponderantemente à questão das microdestilarias de álcool. Se visasse apenas à questão de biocombustíveis, não teria destacado a questão álcool.

Esse projeto de lei, ao tratar de biocombustíveis, trata também de biodiesel, que é um biocombustível.

Biodiesel tem uma legislação própria e aprovada recentemente, que é a Lei nº 11.097, de janeiro de 2005. Quer dizer, há uma legislação de seis anos que permitiu que nós tivéssemos um programa que hoje já garante mistura obrigatória de biodiesel de 5% a todo óleo diesel em circulação no País.

Essa lei, desde a primeira hora, teve uma profunda proteção da qualidade do biodiesel. Nós temos assistido a discussões a respeito de qualidade – e é natural que isso ocorra –, e a Ubrabio tem um compromisso, inclusive tem se reunido com a ANP para discutir essa questão, tem um consultor específico que é uma das figuras mais qualificadas do País neste sentido, o Professor Donato



Aranda, para exatamente defender um avanço no que diz respeito à qualidade, porque é fundamental que um programa nacional de biodiesel garanta a qualidade para quem o está usando.

A ANP recebeu por essa lei atribuição para regular toda a cadeia de produção e consumo de biodiesel. E a ANP, através de resolução sua, define o que é produtor de biodiesel. Prevê, no art. 2º, inciso IV, produtor de biodiesel: “Empresa cooperativa ou consórcio de empresas autorizado pela ANP a exercer atividade de produção de biodiesel para a comercialização ou o consumo próprio.” E, posteriormente, quando trata de autorização para comercialização, ela diz quais são as entidades, as empresas autorizadas a comercializar e, no § 2º do art. 14, ressalta: “Estão desobrigadas a solicitar autorização para comercialização as empresas cooperativas ou consórcios de empresas autorizadas para o exercício da atividade de operação de plantas produtoras de biodiesel destinadas exclusivamente para consumo próprio ou para fins de pesquisa.”

A ANP recebeu, por determinação legal, a atribuição de cuidar da especificação que caracteriza o que é biodiesel, de definir o que é produtor e de registrar os produtores de biodiesel. E a Ubrabio não tem nenhuma resistência a que esse produtor seja pequeno, seja micro. Pelo contrário, sabe que inclusive em determinadas regiões geográficas é muito importante que haja essa possibilidade. Mas a Ubrabio tem um profundo compromisso com a qualidade de biodiesel.

Logo que iniciou o programa, havia alguns entusiastas e, em Marcelino Ramos, eu encontrei um cidadão, lá no interior do Rio Grande do Sul, que usava óleo de cozinha, fazia um processo caseiro e colocava no veículo de sua propriedade. E ele disse: estou usando biodiesel que sai da frigideira da minha casa. Na época eu não conhecia nada, e alguém presente disse: o motor é seu, faça dele o que você quiser.

Mas, na verdade – e o Sindicom tem defendido muito isso –, nós temos que nos preocupar com o avanço da qualidade. Então a questão de microdestilarias... E eu não entendo nada de álcool, e faço questão de não entender. Vou fazer uma brincadeira: a Senadora Ana Amélia acompanha um drama pessoal meu. Se eu me vincular muito a álcool, vão dizer: recaiu.

Em consequência, na questão específica do biodiesel, por parte da Ubrabio, nenhuma resistência à micro, nenhuma, pelo contrário, mas toda a defesa da qualidade. Não pode haver qualquer instalação industrial para a venda de biodiesel.

Nós temos um programa recente, que hoje faz com que mais de cem mil famílias de agricultores recebam mais pelo valor da sua produção e sejam estimuladas ao plantio de novas matérias-primas alternativas à soja, ao tempo em que a soja, que tem 18% de óleo e 80% de farelo, está fazendo com que haja um barateamento do custo de rações para a produção de proteína animal, porque hoje se usa no País com B 5 aproximadamente 12 milhões de toneladas de soja que nós estaríamos exportando em grão. E é um farelo que remanesce no País.



Então a produção de biodiesel, hoje estancada em 5% - e o setor produtivo defende um novo marco regulatório para que essa represa não fique fechada com os afluentes jogando água –, é um setor bem sucedido que carece de avanços.

O projeto de lei é meritório. Nós nos propomos, como Ubrabio, Senadora, inclusive a encaminhar um relatório por escrito para ajudar no embasamento do seu parecer, mas entendemos que nada que venha a ser feito possa prejudicar, no caso específico do biodiesel, a qualidade, que é o fundamental. Se nós não tivermos qualidade o programa vai ser malsucedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Odacir Klein. É um prazer tê-lo conosco mais uma vez.

A nossa intenção ao promover esse projeto se deve à busca de combustíveis alternativos, Senadora Ana Amélia, que acontece no mundo inteiro, não apenas a busca de combustíveis alternativos, mas a geração de emprego e renda para os pequenos e microprodutores rurais.

Entendemos que um programa dessa natureza, com apoio do Governo, como muito bem citou o Dr. Gerson Carneiro, tem um projeto que adormece no BNDES há vários anos. Em busca de soluções para projetos como esse, é fundamental a aprovação desse projeto para fortalecer cooperativas pequenas, médias, principalmente as pequenas. Por isso estamos trabalhando. O senhor colocou muito bem que é preciso ter um programa específico para esses produtores.

Portanto, agradecemos a presença dos senhores e passo a palavra à Senadora Ana Amélia para as suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Caro Presidente, gostaria primeiramente de agradecer a generosidade das referências do nosso ex-Ministro Odacir Klein, Presidente da Ubrabio, ao meu trabalho, mas queria também fazer algumas questões pertinentes a essa matéria. Queria agradecer também pela objetividade. Essa é uma questão muito importante para o exercício político, então essa objetividade permite uma maior clareza sobre todos os temas

Quero cumprimentá-lo pelo tempo dado e pela competência com que se desempenharam nossos palestrantes.

Dr. Gerson, qual é a razão, se é que houve e se é que a instituição está explicando, da demora do BNDES em dizer sim ou não a um projeto que tem tantos méritos? A primeira pergunta é para o senhor.

Dr. Alexandre, o senhor não foi muito claro, para mim pelo menos, quando deu a explicação de que essas microdestilarias estão voltadas à pesquisa e ao consumo próprio e se a regulamentação já está clara para esse patamar de produção de microdestilarias em relação à ANP.



O Dr. Fábio e o Dr. Odacir, os dois me pareceram consensuados na questão da qualidade. Quando o Dr. Fábio fala “a gente pode ter perda em relação à questão tributária”, o senhor está se referindo ao Fisco, à Receita?

O SR. FÁBIO MARCONDES - Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Foi frisada a questão da qualidade.

Hoje as distribuidoras do combustível fóssil levantam algumas dúvidas sobre os equipamentos ou os motores movidos à mistura de biocombustível ou de álcool anidro à gasolina ou ao diesel. Gostaria de saber se já existem algumas pesquisas que o Sindicom tenha feito a respeito desse tempo em que estamos aplicando no Brasil a utilização do B-2, B-3, B-5, que foi uma evolução, se já há alguma avaliação sobre esse impacto, na questão específica desse processo. E que medidas o nosso Presidente da Ubrabio recomenda? Quer dizer, em matéria de qualidade, como esse projeto pode trabalhar para evitar comprometimento? Porque se não tiver qualidade compromete a própria imagem do programa de biodiesel, que é a energia renovável tão importante nesses tempos em que estamos preocupados com a questão ambiental na discussão do Código Florestal.

Muito obrigada aos senhores palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Antes de passar a palavra ao Dr. Alexandre, reforço a pergunta no sentido de que as pequenas destilarias podem vender o seu produto diretamente aos seus associados ou a prefeituras ou para consumo próprio? Esse é um dos pontos importantes que entendemos que temos que analisar. Se o senhor puder responder, agradeço.

Pode ser o Dr. Gerson, faremos na sequência. É que começamos com o Dr. Alexandre, por isso tentei fazer pelo início.

Então, Dr. Alexandre, por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A ordem dos palestrantes não altera as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É só para seguir a mesma ordem com que iniciamos. Obrigado, Senadora

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Bom dia, nobre Senadora. Desculpe-me por não ter ficado claro. A questão é relacionada ao consumo próprio em fins de pesquisa.

Como o colega Sr. Odacir Klein explicou muito bem, a questão refere-se ao biodiesel. No biodiesel existe essa limitação para pequenas empresas, relacionada ao consumo próprio e a fins de pesquisa.

No caso das destilarias, no caso do etanol, a minuta de resolução, que está em consulta pública e que vai à audiência pública no dia 7, ela prevê as empresas de pequeno porte, de produção de 200m³. Essas empresas vão ter, de



acordo com a resolução, um rito mais simplificado para obter autorização, mas elas vão ter uma autorização da mesma forma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para o álcool?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Para o álcool, só para o etanol. O biodiesel é restrito ao consumo próprio e para fins de pesquisa a essa pequena empresa.

No caso do etanol, não. O etanol vai ter, pela resolução, um rito simplificado, terá autorização, da mesma forma, da ANP e terá que cumprir todas as regras em relação à qualidade, podendo vender para qualquer empresa também. Não há nenhuma restrição para quem ela vai vender. Ela apenas vai ter um rito simplificado na obtenção da autorização, respeitando a Lei nº 12.490.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por que a diferença do biodiesel para o álcool, Dr. Alexandre? Por que esse tratamento discriminatório? Há alguma explicação técnica para isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É discriminatória, convenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Há alguma explicação técnica para isso?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Sim. Existem alguns fatores que diferenciam os mercados.

O biodiesel é um mercado que começou com a ANP. Por isso houve uma necessidade de maior rigor da ANP, porque era um mercado novo. Como já foi falado na Mesa mesmo, havia uma grande preocupação com a qualidade do produto, uma vez que era um produto novo.

Muitas empresas que entraram no setor vieram de setores que não tinham costume, não tinham expertise na área de combustíveis em geral. Eram empresas que vinham de outros setores. Então, havia necessidade de a gente estar mais perto para ajudar o programa a dar certo.

No caso do etanol é diferente, porque a gente está entrando na regulação de um setor que está consolidado, um setor maduro que já tem essa expertise. Então, o tratamento acaba sendo um pouco diferenciado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra ao Dr. Gerson Carneiro Leão.

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – A respeito da demora na liberação de recursos pelo BNDES, eu acho que é a burocracia e a falta de incentivo do Governo para os pequenos produtores em cooperativas.

Quando alguma indústria, algum grupo entra no BNDES, grupo fabricante de etanol, proprietário de usina, imediatamente esse recurso sai, mas para o pequeno a coisa está meio...



Estivemos com o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que se propôs a ver se agiliza a coisa para saírem esses recursos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer dizer que o “s” que tem no BNDES devia ser dispensado?

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – Devia ser dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Gerson.

Com a palavra o Dr. Fábio Marcondes.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Senadora, vamos por etapas. Qualidade.

A gente está diante de um produto novo no mercado. O biodiesel entrou em 2008 com um percentual de 2%, evoluiu para 3% e hoje está em 5%. Pela lei citada pelo Odacir, ele teria 5% de mistura apenas em 2013. Tendo em vista todo o esforço feito pelos produtores e por todos os elos da cadeia, esses 5% foram antecipados e aconteceram em janeiro deste ano.

A gente fala muito em qualidade, mas não se trata de qualidade só do produtor. O produtor pode fazer um produto de excelente qualidade, e, se você não armazena bem, se não transporta bem, ao longo da cadeia – e isso tem sido identificado – o produto pode sofrer algumas alterações. Por isso a gente está tendo cuidado. A nossa mensagem é: apoiamos o programa, tanto que evoluímos e o antecipamos em três anos, o B5 é uma realidade. Não tivemos nenhum ponto de gargalo de distribuição, a gente tem a coleta dele 100% rodoviária.

Para a senhora ter uma ideia, em média, os nossos associados demoram 5.5 dias para coletar esse biodiesel no Centro-Oeste, que é o grande centro produtor dele, e no Sul e percorrem 1.304 quilômetros. Então o biodiesel num caminhão que pega o produto a 30º, dorme numa serra a 10º e chega ao distribuidor pode sofrer alterações nesse meio. A gente enfoca muito qualidade porque a venda direta por essas microdestilarias e associadas pode gerar a existência de um caminhão-pipa que pegue etanol e biodiesel e leve para comercializar. Então, a questão da qualidade é muito forte.

Com relação ao que a senhora perguntou de desenvolvimento, nós somos membros da EA e estamos direto com a Anfavea, porque a gente entende que qualquer produto deve ter a sua autorização, o seu “de acordo” dos produtores de motores. Se você compra um carro novo... Vários de vocês devem ter SUVs. As SUVs, a partir de janeiro de 2012, vão ter um motor chamado Euro 5, que precisam de um diesel de baixo teor de enxofre. E se você não coloca esse diesel de baixo teor de enxofre o seu carro vai perder desempenho e, obviamente, pode impactar peças, com a troca de peças antecipada, e até na perda da garantia.

O nosso País é reconhecido no exterior porque desenvolve muito bem biocombustíveis, está em um patamar excelente, mas a gente tem que ter em vista que só pode desenvolver o novo biocombustível na hora em que os



fabricantes estiverem lado a lado com a gente. Não adianta criar biocombustível se não houver um carro apropriado, um motor apropriado para isso. A nossa preocupação é muito grande com relação a isso.

Na questão tributária, eu falei a gente porque todos nós perdemos. Meus filhos perdem, meus netos futuramente vão perder, os netos do Odacir perdem, porque perder arrecadação é menos incentivo na educação, na saúde. E a gente acaba sofrendo como sociedade.

Esse é um ponto muito importante que deve ser visto. Foi o que falei: o Sindicom sempre vai apoiar projetos, leis e resoluções da ANP que contribuem para o desenvolvimento e para a correta aplicação do mercado, garantindo isonomia, garantindo que todos os tributos sejam recolhidos adequadamente, etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Fábio.

Faço uma pequena indagação, Dr. Fábio: não dá para o produtor comercializar e pagar o imposto ou o senhor entende que todos eles vão sonegar? O senhor já está condenando dessa forma, colocando dessa forma? A comercialização pode ser feita com a tributação, da mesma forma que é hoje, talvez não com a rigidez do recolhimento, é evidente. Mas é possível fazer com a fiscalização, com uma tributação ao pequeno produtor. O senhor não acha?

O SR. FÁBIO MARCONDES – Eu acredito que sim, Senador.

Acho que a gente tem, em todos os elos da cadeia, distribuidores e distribuidores, produtores e produtores. Aqueles produtores que estão empenhados na qualidade, distribuidoras que só são criadas para ter alguma brecha e ganhar fácil e, obviamente, se isso for tratado em nível de Sefaz estaduais, em nível de governo, quando for um tributo federal, acho que há condições sim.

Só quero fazer uma menção ao que o Alexandre falou da ANP.

O biodiesel hoje é regulamentado pela ANP e o etanol foi para a ANP agora, com a Medida Provisória nº 532 que se transformou na Lei nº 12.490. Pela ANP – isso tem que ficar muito claro –, não existe produtor vendendo direto a uma associação ou a um consumidor final. Isso tem que ficar claro.

Desde que todos esses pontos que podem causar um desequilíbrio concorrencial na ponta sejam vistos em nível de tributos federais ou estaduais, eu não vejo problema nenhum, porque daí a regra está clara e todos vão cumpri-la.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, é questão de se fazer um programa completo.

O senhor tocou em um assunto que preciso lhe perguntar. Todos os Estados brasileiros estão aptos a fornecer óleo diesel para os motores Euro 5?

O SR. FÁBIO MARCONDES – Não fique preocupado quanto ao SUV.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, estou preocupado com os caminhões da Amazônia que hoje têm o pior óleo diesel do País.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Vamos ao entendimento.

O S-50, que é o diesel com baixo teor de enxofre, com 50 ppm por milhão, já está disponível e abastece frotas de ônibus em alguns Municípios e regiões metropolitanas em nível Brasil. Então o S-50 já é uma realidade em nível Brasil.

A partir de janeiro de 2012, vai começar a andar esse caminhãozinho com motor Euro 5. Obviamente, no primeiro dia vai haver um caminhãozinho, depois vai crescendo a venda e, daí sim, vamos ter, com os nossos revendedores, que disponibilizar isso em nível Brasil.

A ANP, preocupada com isso, colocou em consulta, em audiência pública, uma resolução que faz algumas premissas para que o posto seja obrigado a vender esse diesel de baixo teor de enxofre. Ele tem que ter números de bico de diesel maior que os de gasolina ou álcool e mais de dois tanques de diesel. Isso vai gerar mais ou menos uns três mil postos em nível Brasil, o que corresponde a mais ou menos a 8% de toda a rede de postos. Mostrei em um dos slides que temos 18.500 postos revendedores de bandeira das nossas associadas, mas ao todo são 38.000 postos em nível Brasil.

É lógico que todo transportador que fizer a compra do seu caminhão vai, na hora de determinar a rota, principalmente se for para país vizinho... Se for para a Argentina não há problema, porque o S-10 lá já é uma realidade, ou seja, eles estão com um baixo teor de enxofre, até mais baixo do que o nosso, porque o nosso S-10 só chega em 2013. Mas ele vai ter que calcular. De repente, vai mandar um motor antigo fazer essa rota e deixar um rodando dentro do Brasil para fazer as rotas com o motor Euro 5.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Fábio, é porque a Região Amazônica é abastecida pela refinaria de Manaus, e lá não há ainda nem o Euro 3. Temos uma dificuldade muito grande com os veículos que transportam alimentos e passageiros naquela região, tanto no Amazonas quanto em Rondônia, que utilizam aquele veículo, em função de os motores estarem programados para uma qualidade de óleo diesel, e esse óleo diesel não estar à disposição da população. Mas não é o nosso tema. É só para pontuar, uma vez que o senhor colocou a questão.

Passo a palavra ao Dr. Odacir Klein, Presidente da Ubrabio.

O SR. ODACIR KLEIN – Eu vou rapidamente, até porque a comissão é de agricultura, embora seja conhecido dos Senadores, expor como funciona o programa do biodiesel.

Temos o produtor de matéria-prima, hoje preponderantemente soja, mas há outras matérias-primas também sendo usadas. O fato de estar sendo usada a soja vem estimulando o plantio de outras matérias-primas como a canola



no Rio Grande do Sul. Inclusive, no Norte do País, em alguns Estados, o plantio de palma em áreas degradáveis, com efeitos ambientais benéficos e também com efeitos econômicos... E teremos, dentro de alguns anos, uma grande quantidade de óleo de palma sendo produzida não só para efeitos alimentares, mas inclusive para a produção de biodiesel. Esse produtor de matéria-prima, quando se trata de agricultor familiar, é enquadrado num programa desenvolvido pelo MDA que fornece o Selo Combustível Social.

As empresas, para participar do volume de 80% nos leilões de biodiesel, precisam ter Selo Combustível Social. Eu sempre brinco: sou de Erebango. Produtor de Erebango hoje recebe, quando enquadrado no programa de biodiesel, um real a mais pela saca de soja. O avicultor ou o suinocultor paga menos pelo farelo. E, quando estou fazendo uma palestra em São Paulo, respiro o ar melhor em função dos 5% de mistura de biodiesel.

Esse produtor de matéria-prima vende para a indústria; a indústria produz, e não vende diretamente. A venda é feita através de leilões organizados pela ANP; leilões regulados pelo Ministério de Minas e Energia, organizados pela ANP. Compradoras no leilão: a Petrobras e a refinaria Alberto Pasqualini. Após esse leilão, é feito um re-leilão. A Petrobras e a Refinaria Alberto Pasqualini compraram das empresas, e as vinculadas ao Sindicom vão comprar da Petrobras e na refinaria, no re-leilão. É uma situação inteiramente diferente da situação do etanol. Depois, então, é feita a distribuição e se completa esse ciclo do Programa Nacional do Biodiesel, no que diz respeito à circulação do produto.

Referentemente à qualidade e às medidas que estão sendo adotadas, excluindo o representante da CNA, que aprofunda a sua análise na questão etanol, nós temos, relativamente a biodiesel, três posições: a ANP, encarregada de normatizar, de estabelecer a especificação e de fiscalizar a qualidade do biodiesel. Nós temos o Sindicom, que pode ser prejudicado, porque vai chegar à ponta final se não tivermos biodiesel de boa qualidade, e temos Ubrabio, representando empresas produtoras de biodiesel, que sabe que a suas associadas serão altamente prejudicadas se nós tivermos questionamento da qualidade.

Nós temos aqui um joguinho de pulso: Sindicom e Ubrabio. A Ubrabio quer o aumento da mistura obrigatória. Hoje temos 40% da capacidade instalada usada e 60% de capacidade ociosa. O Sindicom diz: mas aumentar como se tem problema de qualidade? Aí a ANP intervém, inclusive estamos conversando e avançando nesse sentido, para melhorar.

Nós tivemos alguns problemas de qualidade com biodiesel produzido com gordura animal, principalmente com sebo bovino. Já se avançou no sentido – e eu não sei explicar isso tecnicamente – de, em determinadas regiões geográficas do País, principalmente no inverno, não haver a circulação de biodiesel produzido com gordura animal, que é o que produz esse problema de



qualidade. Os representantes da ANP e do Sindicom, que têm formação técnica, podem, se for o caso, explicar isso melhor do que eu.

Todos estão procurando melhorar a qualidade, para que nós tenhamos um programa bem sucedido. Que medidas temos que tomar? Primeiro, estarmos em sintonia, conversando. Segundo, no nosso caso específico, produtores de biodiesel, quando a ANP diz: a qualidade não está boa, nós temos que tomar medidas, precisamos ser inteiramente colaborativos e visar ao avanço. Não podemos ficar dizendo “Está bem”, se não estiver; não podemos ficar prejudicando um programa por questão dessa natureza.

Então, Senadora Ana Amélia, no que diz respeito a melhorar a qualidade, está havendo todo um esforço muito dialogado e um pouco de jogo de pulso no sentido Sindicom e Ubrabio, nós dizendo: queremos aumento de mistura obrigatória e o Sindicom dizendo: com esta qualidade, não há como ter aumento de mistura obrigatória. Mas a ANP se encarrega de fazer com que seja melhorada a qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Odacir.

O senhor argumenta que toda a produção de biodiesel – e somos sabedores disso – obrigatoriamente tem de passar pela Petrobras, antes de ser misturada, antes de ser distribuída no mercado. Isso, de certa forma, não encarece o produto final? Porque tem o produtor, passa para a refinaria, a refinaria passa para a Petrobras, a Petrobras revende, faz um leilão novamente para entregar às outras empresas que vão fazer a mistura que vai chegar até o consumidor final. Senadora, isso cria uma cadeia de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Confusões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – De ganha, ganha. Cada um tem de ganhar uma parte, cada um tem de ter o seu lucro. Essa é a preocupação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – E quem paga a conta é o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Quem paga a conta... Tanto é que o biodiesel hoje, quando chega à ponta, é mais caro do que o óleo diesel. Ele é bem mais caro do que o óleo diesel. Acaba encarecendo.

Para fins de pesquisa, só para informação também, em determinado momento...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu só diria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – ...como tenho, na Comissão de Educação, uma missão muito relevante, pois diz respeito ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre... O Senador é do Rio Grande, então fiquei satisfeita e queria renovar os agradecimentos aos expositores, pois me clarearam bastante



muitos aspectos em que eu estava ainda com dúvidas a respeito dessa matéria. E gostaria de cumprimentá-lo, Senador Acir, pela iniciativa de fazer esse projeto que vou ter agora redobrada responsabilidade para melhorar a relatoria. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado. Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, pelo seu trabalho nesta comissão, especificamente neste projeto que entendo ser muito importante para a geração de emprego e de renda para as famílias que detêm a produção de biocombustíveis para os nossos veículos.

Só para fins de registro, Dr. Odacir, em determinado momento, alguns anos atrás, para efeito de pesquisa, utilizei em veículos, em Rondônia, biodiesel fabricado do sebo, B50, em um veículo, dois, quatro ou cinco, para fins de pesquisa, e não tive nenhum problema. Depois foram abertos os motores dos veículos e não houve desgaste superior. Só para registrar: tinha um cheiro de pastel que vinha atrás do ônibus. Foi diferente. Mas era o único efeito colateral que tinha, o que não é ruim. É melhor do que o cheiro do óleo diesel, é muito mais agradável. É só para registrar.

E entendo que, se conseguirmos avançar, aumentando para B6, B7, B10, será importante. Mas temos de repensar talvez toda essa trajetória da produção até chegar ao consumidor. É nesse sentido que estamos trabalhando.

Agradeço a presença do Dr. Gerson, do Dr. Alexandre, do Dr. Fábio e também do nosso sempre Ministro Odacir Klein.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Reunião iniciada às 8 horas e 51 minutos e encerrada às 10 horas)